

LEONARDO CARNEIRO DA CUNHA

**DIREITO
INTERTEMPORAL
E O NOVO CÓDIGO
DE PROCESSO CIVIL**



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2016 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar 20040-040 – Rio de Janeiro RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 Fax: (0XX21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Data de fechamento: 02.06.2016

- CIP-Brasil. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

C978d

Cunha, Leonardo Carneiro da

Direito intertemporal e o novo Código de Processo Civil / Leonardo Carneiro da Cunha. – Rio de Janeiro : Forense, 2016.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-7155-7

1. Direito processual. 2. Direito processual civil. I. Título.

16-33204

CDU: 347.91/.95(81)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	IX
1 SEGURANÇA JURÍDICA E IRRETROATIVIDADE DAS LEIS NO SISTEMA BRASILEIRO	1
1.1. Generalidades.....	3
1.2. Regra da irretroatividade.....	8
1.2.1. Histórico legislativo no Brasil.....	8
1.2.2. Previsão na legislação brasileira atual.....	11
1.3. Ausência de direito adquirido a regime jurídico.....	16
1.4. Retroatividades máxima, média e mínima.....	19
2 SISTEMAS DE DIREITO INTERTEMPORAL NO PROCESSO	23
2.1. Generalidades.....	25
2.2. Sistema da unidade processual.....	25
2.3. Sistema das fases processuais.....	26
2.4. Sistema do isolamento dos atos processuais.....	27
2.5. Direito intertemporal no Código de Processo Civil de 1939.....	27
2.6. Direito intertemporal no Código de Processo Civil de 1973.....	29
2.7. Direito intertemporal no Código de Processo Civil de 2015.....	29
3 DIREITO INTERTEMPORAL EM MATÉRIA DE COMPETÊNCIA	31
3.1. O juiz natural como uma cláusula de irretroatividade.....	33
3.2. <i>A perpetuatio jurisdictionis</i> e o seu momento determinante.....	35

3.3.	Conteúdo da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	36
3.4.	Exceções à regra da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	38
3.5.	Novas regras sobre competência no CPC-2015	39
3.5.1.	Novas competências territoriais.....	39
3.5.2.	Abolição da identidade física do juiz como regra de competência absoluta	43
3.5.3.	Supressão do juízo provisório de admissibilidade na apelação e no recurso ordinário	44
3.5.4.	Juízo de retratação na apelação contra sentença que não resolve o mérito	46
3.5.5.	Competências do relator	47
3.5.6.	Eliminação da figura do revisor nos tribunais.....	50
4	DIREITO INTERTEMPORAL QUANTO AOS PROCEDIMENTOS	51
4.1.	Generalidades	53
4.2.	Estrutura do procedimento comum e sua flexibilidade no CPC-2015 ...	53
4.3.	Procedimento sumário pendente.....	55
4.4.	Procedimentos especiais pendentes	57
4.5.	Processos cautelares pendentes.....	59
4.6.	Sanação de vícios (aplicação imediata das regras que concretizam o princípio da primazia do julgamento de mérito)	62
4.7.	Proibição de decisão-surpresa em qualquer juízo ou tribunal.....	67
4.8.	Regras sobre publicação de acórdão e sobre inclusão em pauta nos tribunais	69
4.9.	Ampliação do colegiado em caso de divergência	77
5	DIREITO INTERTEMPORAL NO ÂMBITO PROBATÓRIO	81
5.1.	Normas sobre provas.....	83
5.2.	O art. 1.047 do CPC-2015.....	85
6	DIREITO INTERTEMPORAL NO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E NA EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL	91
6.1.	Breve histórico sobre a execução: do CPC-1973 ao CPC-2015	93
6.2.	Cumprimento da sentença contra a Fazenda Pública	102
6.3.	Novos títulos executivos.....	103
6.4.	Mudanças no procedimento do cumprimento de sentença.....	106
6.5.	Multa e honorários no cumprimento provisório de sentença	108

6.6.	Penhora de dinheiro e impugnação do executado ao bloqueio de ativos.....	109
6.7.	Meios destinados a postular a invalidação da arrematação.....	113
6.8.	Protesto de decisão judicial transitada em julgado	116
7	DIREITO INTERTEMPORAL EM REMESSA NECESSÁRIA.....	119
7.1.	A remessa necessária no CPC-2015	121
7.2.	Remessa necessária e a extensão da coisa julgada à questão prejudicial incidental.....	123
7.3.	Dispensa da remessa necessária. Novas hipóteses previstas no CPC-2015.....	125
7.4.	Procedimento.....	127
8	DIREITO INTERTEMPORAL NOS RECURSOS.....	129
8.1.	Direito adquirido ao recurso.....	131
8.2.	Entendimento jurisprudencial sobre direito intertemporal em matéria recursal	133
8.3.	Novas regras sobre recursos no CPC-2015	136
8.4.	Regras de fungibilidade dos recursos.....	140
8.5.	Sucumbência recursal.....	143
9	- DIREITO INTERTEMPORAL EM MATÉRIA DE COISA JULGADA E DE AÇÃO RESCISÓRIA.....	153
9.1.	Limites objetivos da coisa julgada no CPC-1973.....	155
9.2.	Duplo regime de coisa julgada no CPC-2015	156
9.3.	A previsão do art. 1.054 do CPC-2015.....	157
9.4.	Ação rescisória	159
10	- DIREITO INTERTEMPORAL EM RELAÇÃO AOS PRAZOS	161
10.1.	Prazos processuais ampliados no CPC-2015.....	163
10.2.	Contagem dos prazos processuais	172
10.3.	Suspensão dos prazos.....	174
10.4.	Prazos diferenciados (contados em dobro para a Fazenda Pública, para o Ministério Público e para a Defensoria Pública).....	175
10.5.	Prazo em dobro para litisconsortes com procuradores diferentes.....	177
	BIBLIOGRAFIA	179